

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONCURSO PÚBLICO: OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS
E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL – PROVIMENTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

GRUPO 3 – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considerando a repartição constitucional de competências dos entes federados, faça o que se pede a seguir.

- 1 Estabeleça a distinção entre as competências exclusiva, privativa e concorrente.
 - 2 Cite em qual dessas modalidades se insere a competência para legislar sobre registros públicos.
 - 3 Discorra sobre a possibilidade de a União delegar a um estado-membro a atribuição legislativa de registros públicos, explicando sob quais condições isso deve ocorrer.
-

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONCURSO PÚBLICO: OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS
E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL – PROVIMENTO**

PROVA ORAL/MALOTE 1

GRUPO 3 – DIREITO CIVIL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

João e Rosa são casados há vinte anos. Após sair para trabalhar em um determinado dia, João nunca mais retornou, deixando sua esposa sem notícias. Rosa tinha ciência de que o marido não constituíra representante legal ou procurador para administrar seus bens.

Considerando o que dispõe a lei civil sobre a ausência, discorra sobre o instituto jurídico que se configurou na situação hipotética em apreço, indique quem tem legitimidade para requerer a declaração de ausência de João e informe qual atribuição será assumida pelo seu cônjuge.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONCURSO PÚBLICO: OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS
E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL – PROVIMENTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

GRUPO 3 – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

O titular de determinada serventia cartorária causou lesão indevida ao erário no exercício de sua função, tendo o Ministério Público sido formalmente comunicado para que pudesse ajuizar ação civil pública com pedido liminar.

Considerando essas informações e o entendimento do STJ, responda, de modo fundamentado, aos seguintes questionamentos.

- 1 A Lei de Improbidade Administrativa pode ser aplicada aos titulares de cartório?
- 2 Que requisitos devem ser verificados pelo juízo para a decretação de liminar de indisponibilidade de bens na situação em apreço?
- 3 É admissível a modalidade culposa para a aplicação de sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa?

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONCURSO PÚBLICO: OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS
E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL – PROVIMENTO

PROVA ORAL/MALOTE 1

GRUPO 3 – REGISTROS PÚBLICOS

QUESTÃO 4

Considere a seguinte situação hipotética:

Ana comprou de Beto dois imóveis: um na cidade A e outro na B.

Os cartórios de registro de imóveis competentes receberam as respectivas escrituras de venda e compra, em cada uma das quais constavam cláusulas condicionante e resolutive que perdurariam até a quitação da dívida, a ser paga por meio de nota promissória em caráter *pro solvendo*.

Na cidade A, o cartório de registro de imóveis cobrou, além do valor do registro de venda e compra, o valor relativo a uma averbação, em razão da existência da cláusula resolutive mencionada. Já o cartório da cidade B cobrou somente o valor equivalente ao registro da venda e compra.

Na oportunidade, ambos os cartórios informaram à apresentante que uma averbação seria cobrada, ainda, no momento em que, adimplindo a dívida, fosse apresentada a respectiva nota promissória.

De acordo com a Lei de Registros Públicos, responda se era devida a cobrança do cartório de registro de imóveis da cidade A, referente à primeira averbação indicada, e, por ambas as cidades, no que se refere à averbação que deverá ser paga após o adimplemento da dívida. Fundamente sua resposta.
